



Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

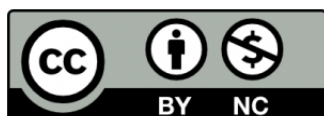
Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Esta licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E O BRASIL AFRICANO: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos¹

Resumo: *Dentre as questões estruturais relacionadas à cultura africana no Brasil que continuam merecendo investigação e conhecimento, destaca-se as relacionadas aos aspectos geográficos e historiográficos da nossa formação territorial, geralmente tratadas sem as referências devidas às matrizes e ancestralidades africanas “invisíveis” na sociedade brasileira. O paper resgata as principais referências da geopolítica da diáspora África-América-Brasil e a configuração atual da população afrobrasileira contemporânea. O pensamento social preconceituoso ainda dominante e o desconhecimento da população do país, no que se refere ao continente africano e as suas relações com o Brasil, continuam sendo um dos entraves estruturais para uma perspectiva real de diminuição da exclusão e invisibilidade secular, assim como, a criação no setor decisório, das condições necessárias para a implementação eficaz de políticas públicas mais articuladas e com resultados satisfatórios, sobretudo, na educação e no espaço geográfico.*

Palavras Chave: *Geografia Afrobrasileira; População de matriz africana; Quilombo Contemporâneo; Cartografia Africana; Diáspora África-Brasil.*

Abstract: *Among the structural issues related to African culture in Brazil who continue deserving research and knowledge , highlights = is related to the geographical and historiographical aspects of our territorial formation , usually treated without due reference to mothers and " invisible " African ancestralities in Brazilian society . The paper rescues the main references of the geopolitics of diaspora Africa- America – Brazil and the current configuration of contemporary Afro-Brazilian population. The still dominant prejudiced social thinking and ignorance of the country's population , in relation to the African continent and its relations with Brazil , remain one of the structural barriers to real prospect of reduction of exclusion and invisibility secular , as well as the creation in the decision making sector, necessary for the effective implementation of the most articulate and satisfactory , especially in education and public policy outcomes geographical space conditions.*

Key Words: *African-Brazilian Geography; African matrixed population; African Cartography; Africa-Brasil Diaspora.*

INTRODUÇÃO

A África continua sendo o continente mais importante no suporte e na manutenção da estruturação do mundo nos últimos cinco séculos, particularmente na formação do Novo

¹ Geógrafo, Prof. Associado do Depto. de Geografia e Diretor do Centro de Cartografia Aplicada da Universidade de Brasília. Coordena o Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (Projeto GEOAFRO) Fone: 55 (61) 3107-7242 E-mail: quilombo@unb.br Site: www.ciga.unb.br / www.rafaelsanziodosanjos.com.br

Mundo, a América e no enriquecimento e fortalecimento da Europa moderna. O Brasil, por sua vez, apresenta uma posição particular neste contexto global por ser a unidade política contemporânea que registra na sua historiografia as maiores estatísticas de importação forçada de distintos contingentes populacionais africanos ao longo dos séculos XVI a XIX. Neste sentido, se faz necessário, interpretações mais apuradas dos deslocamentos das suas populações nos primórdios da suas formações e os resultados destes processos no espaço geográfico, ou seja, a busca de um melhor entendimento e representação das dinâmicas da diáspora (do passado e no presente) e, uma melhor interpretação das identidades territorializadas resistentes-sobreviventes, mesmo com as ações contrárias de invisibilidade pelo setor decisório.

As demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da nossa sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas do que a geografia e a cartografia para auxiliar na representação e interpretação das inúmeras indagações desse momento histórico. A geografia, sem desprezar os seus outros conceitos fundamentais, podemos sintetizar como a ciência do território e este componente fundamental, a terra, o terreno num sentido amplo, continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial; do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. O território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e identitárias da população (Anjos, 2009). A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial. A Geografia de Matriz Africana que tratamos nesta oportunidade resgata um dos principais “Brasis invisíveis” secularmente, ou seja, povos e territórios que existiram e se mantêm sobreviventes, mas de uma maneira marginal, não oficial na sua plenitude. Esta “Geografia da exclusão” justificada é o que questionamos aqui e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente.

Os mapas, por sua vez, são historicamente as principais representações gráficas do mundo real e se firmam como as mais relevantes ferramentas na interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis, por constituírem, uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas. É importante lembrar que um mapa não é o território, mas que nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território (Anjos, 2007). Se olharmos a realidade da educação geográfica básica da população do Brasil, onde a alfabetização cartográfica deveria acontecer, a maioria do nosso povo não sabe ler-entender um mapa, ferramenta fundamental para a “cultura de espaço” e esta falha básica da nossa cidadania tem trazido danos seculares na apropriação eficaz das referências territoriais nas distintas escalas de percepção espacial. Num país continental de mentalidade ainda colonial onde o conceito de ter terra significa poder, a precariedade da educação geográfica-cartográfica tem sido uma estratégia geopolítica eficaz para a manutenção da “Geografia da exclusão e da ignorância espacial”.

Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos sobre as referências territoriais dos deslocamentos seculares África-América-Brasil e tratar de alguns aspectos básicos da distribuição da população de matriz africana e dos quilombos contemporâneos no território brasileiro. Este trabalho faz parte de uma das etapas operacionalizadas no **Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (Projeto GEOAFRO)**, em desenvolvimento no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Com essas referências preconizamos estar somando para a continuidade das discussões, onde a questão espacial étnico-racial de referência africana no Brasil seja tratada com mais seriedade.

A geopolítica dos deslocamentos da África e o Brasil colonial – imperial

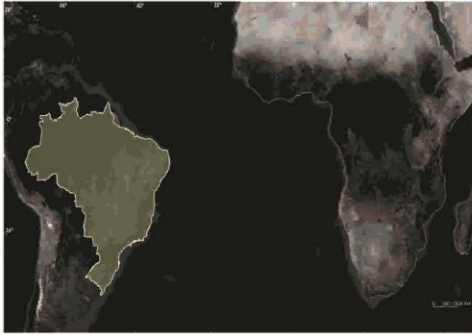
Entendemos o movimento histórico das grandes navegações como uma consequência direta do processo geográfico de dominação territorial desenvolvido, amadurecido e implementado pelo continente europeu, sobretudo na Península Ibérica. O horizonte geográfico das terras emersas vai ser ampliado de forma significativa pelos novos encontros de culturas, identidades e territorialidades. Como resultado, a cartografia do mundo vai ser profundamente modificada ao longo dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII E XIX, sobretudo pelos novos territórios a ele incorporado; as “novas” fronteiras constituídas e impostas e, a evolução significativa das técnicas. Este longo período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase de relações entre estes e a natureza e é neste contexto que a Geografia e a Cartografia vão se desenvolver e servir ao grande projeto de dominação justificada global.



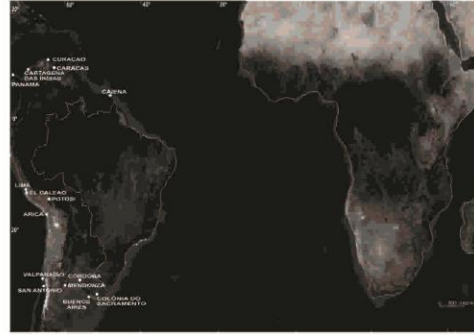
Os trópicos eram vistos pelos povos europeus como um “mundo sem fronteira definida” que poderia lhe oferecer um conjunto de produtos que não existiam no seu continente e esta estratégia justificavam os conflitos para a ampliação do poder e, representava sobretudo um estímulo à política mercantilista, ao desenvolvimento do capitalismo comercial, ao fortalecimento do Estado e às estratégias de subjugar e inferiorizar as culturas da África, Ásia e Novo Mundo.

Não eram somente as riquezas da África que interessavam a Europa Moderna, os seres humanos, também eram necessários aos colonizadores para o cultivo e a exploração das minas. Instaura-se assim um novo período de escravidão humana, associada à acumulação de capitais, estruturado num sistema político, jurídico e econômico que vai permitir o desenvolvimento de uma gigantesca empresa comercial, possibilitando a expansão do capitalismo. O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi demarcado espacialmente e temporalmente por distintos “Tratados” durante quase quatro séculos a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. O grande triângulo dos fluxos econômicos – comerciais do século XV ao XIX envolvendo a Europa, a África e a América tinham o oceano Atlântico como grande espaço de ligação. Por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, das colônias e os “navios negreiros” que saíam da rede de portos europeus e da costa e contra-costa do continente africano. A sequência dos mapas temáticos a seguir mostram as principais referências territoriais de origem na África e destino no Brasil nos quatro séculos do tráfico, assim como, a geografia da diáspora que se formou e estruturou nas margens do Atlântico, mesmo com as contradições do sistema dominante.

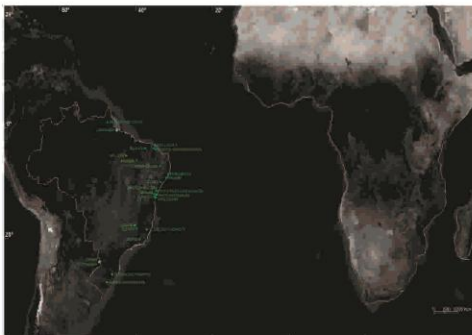
REFERÊNCIAS ESPACIAIS DA DIÁSPORA ÁFRICA-BRASIL 1 SÉCULOS XV-XIX



ESPAÇO GEOGRÁFICO DE EXISTÊNCIA DOS DISTINTOS GRUPOS ÉTNICOS NATIVOS NO BRASIL COLONIAL-IMPERIAL (AMERÍNDIOS)



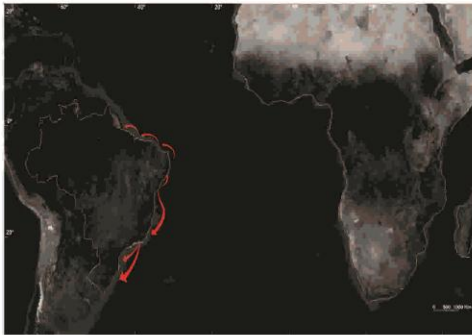
CIDADE/PORTO IMPORTANTE - METRÓPOLE DA DINÂMICA DO «TRÁFICO NEGREIRO» NA AMÉRICA LATINA



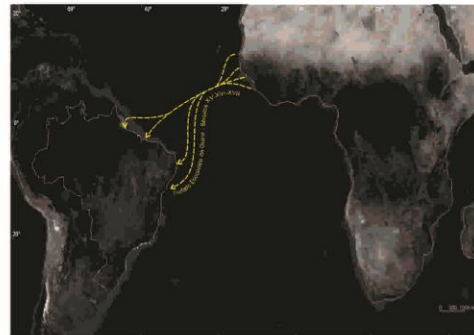
LOCAL APROXIMADO DA OCORRÊNCIA / MANIFESTAÇÃO DE MOVIMENTO SOCIAL DE MATRIZ AFRICANA E/OU AFROBRASILEIRA



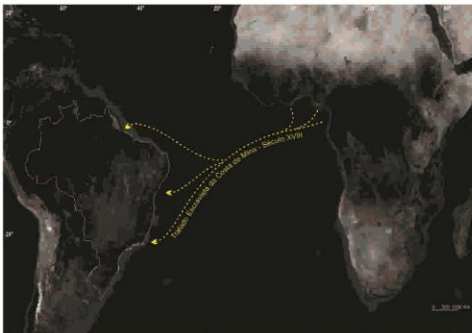
CIDADE/PORTO IMPORTANTE - METRÓPOLE DA DINÂMICA DO TRÁFICO NA COSTA BRASILEIRA



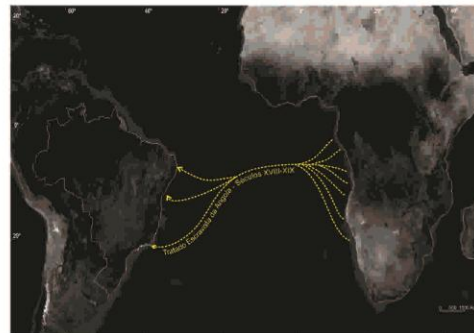
FLUXOS DOS DESLOCAMENTOS MARÍTIMOS DAS POPULAÇÕES AFRICANAS ESCRAVIZADAS



DINÂMICA DO TRATADO ESCRAVISTA DE GUINÉ SÉCULOS XV-XVI-XVII



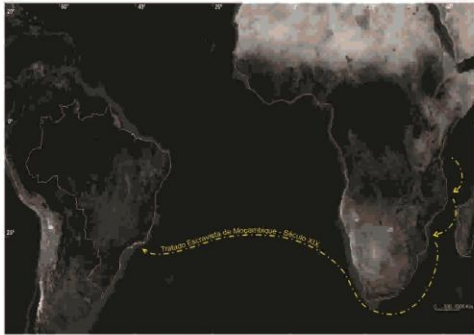
DINÂMICA DO TRATADO ESCRAVISTA DA COSTA DA MINA. SÉCULO XVIII



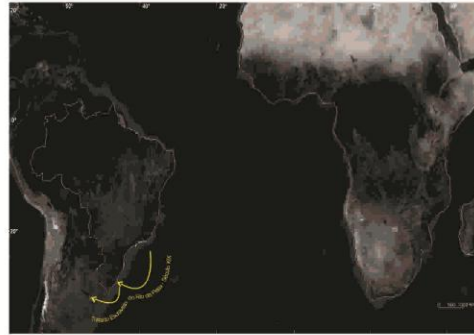
DINÂMICA DO TRATADO ESCRAVISTA DE ANGOLA SÉCULOS XVII-XIX

FONTE: ANJOS, R.S.A. O BRASIL-AFRICANO: CARTOGRAFIA PARA EDUCAÇÃO. MAPAS EDITORA & CONSULTORIA, BRASÍLIA, 2014

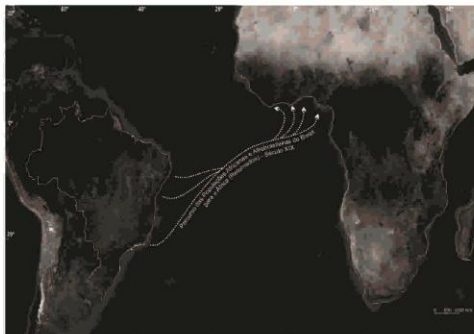
REFERÊNCIAS ESPACIAIS DA DIÁSPORA ÁFRICA-BRASIL 2 SÉCULOS XV-XIX



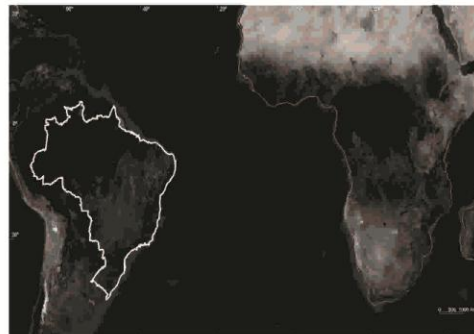
DINÂMICA DO TRATADO ESCRAVISTA DE MOÇAMBIQUE. SÉCULO XIX



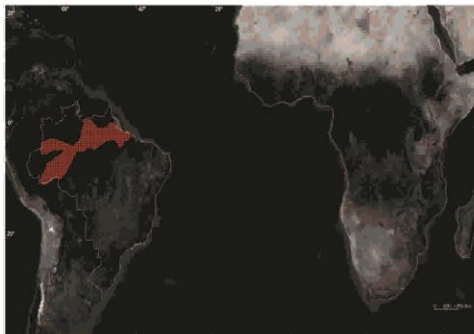
DINÂMICA DO TRATADO ESCRAVISTA DO RIO DA PRATA. SÉCULO XIX



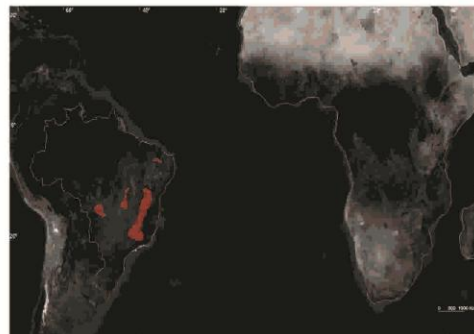
PERCURSO DAS POPULAÇÕES AFRICANAS E AFORBRASILEIRAS DO BRASIL PARA A ÁFRICA - SEC. XIX (Retornados)



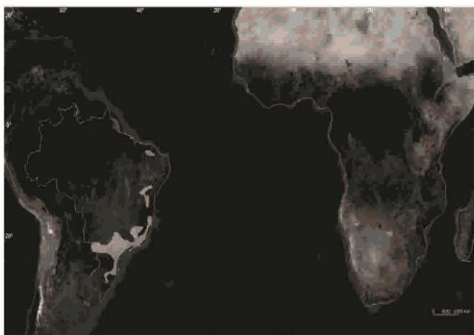
LIMITE POLÍTICO CONTEMPORÂNEO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO



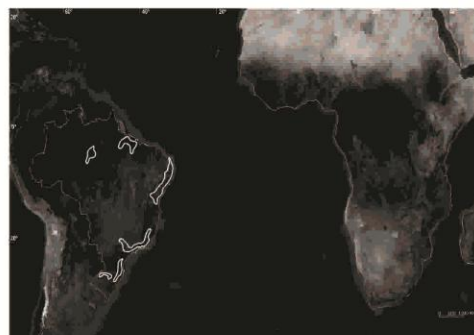
BRASIL - ZONA DE ATIVIDADE ECONÔMICA DA BORRACHA. SÉC. XVII / XX



BRASIL - ZONA DE ATIVIDADE ECONÔMICA DA MINEIRAÇÃO. SÉC. XVII / XIX



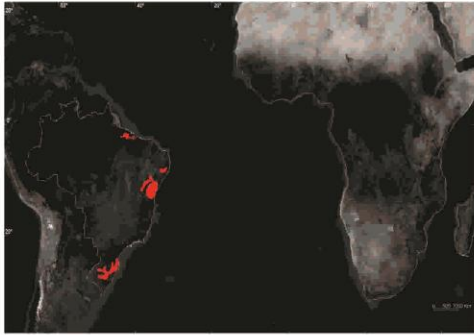
BRASIL - ZONA DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO CAFÉ. SÉC. XVII (Região Amazônica); XIX / XX (Região Sudeste)



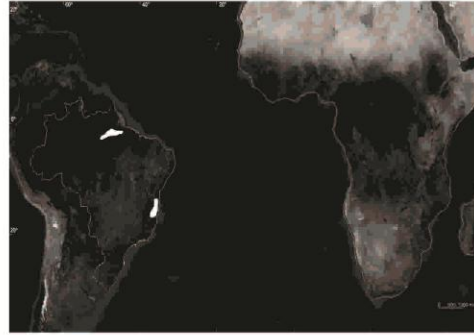
BRASIL - ZONA DE ATIVIDADE ECONÔMICA DA CANA-DE-AÇÚCAR. SÉC. XVI / XX

FONTE: ANJOS, R.S.A. O BRASIL-AFRICANO: CARTOGRAFIA PARA EDUCAÇÃO. MAPAS EDITORA & CONSULTORIA, BRASÍLIA, 2014

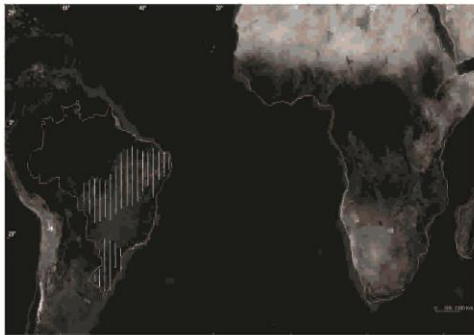
REFERÊNCIAS ESPACIAIS DA DIÁSPORA ÁFRICA-BRASIL 3 SÉCULOS XV-XIX



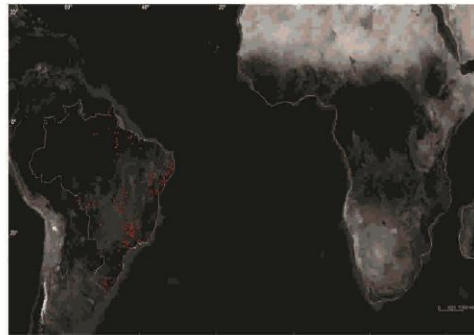
BRASIL - ZONA DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO FUMO. SÉC. XVII / XIX



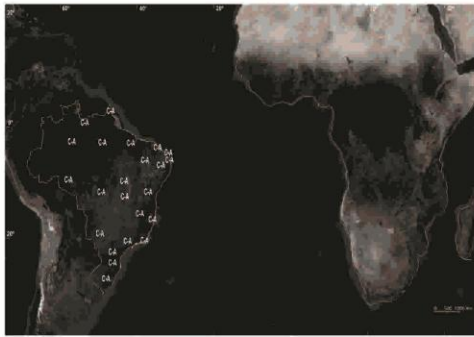
BRASIL - ZONA DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO CACAU SÉC. XVII (Grão Pará); XIX / XX (Bahia)



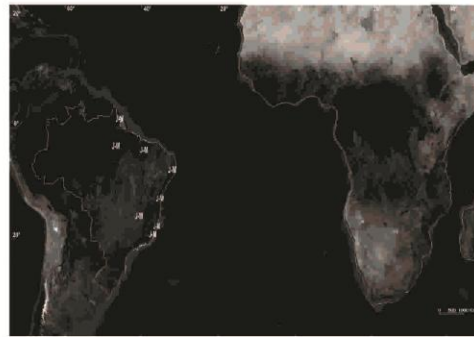
BRASIL - ZONA DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO GADO. SÉC. XVII / XVIII



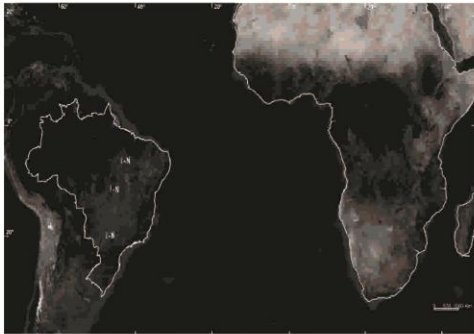
SÍTO DE ANTIGO QUILOMBO DE RELEVÂNCIA NA REGIÃO (Localização Aproximada)



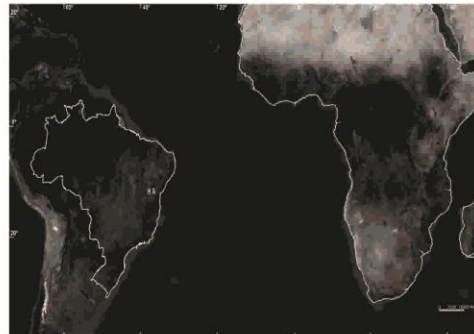
ESPAÇO GEOGRÁFICO COM GRUPO ÉTNICO PREDOMINANTE BANTO (CONGO - ANGOLA)



ESPAÇO GEOGRÁFICO COM GRUPO ÉTNICO PREDOMINANTE JEJE - MINA



ESPAÇO GEOGRÁFICO COM GRUPO ÉTNICO PREDOMINANTE IORUBÁ-NAGÔ



ESPAÇO GEOGRÁFICO COM GRUPO ÉTNICO PREDOMINANTE HAUSSÁ

FONTE: ANJOS, R.S.A. O BRASIL-AFRICANO: CARTOGRAFIA PARA EDUCAÇÃO. MAPAS EDITORA & CONSULTORIA, BRASÍLIA 2014

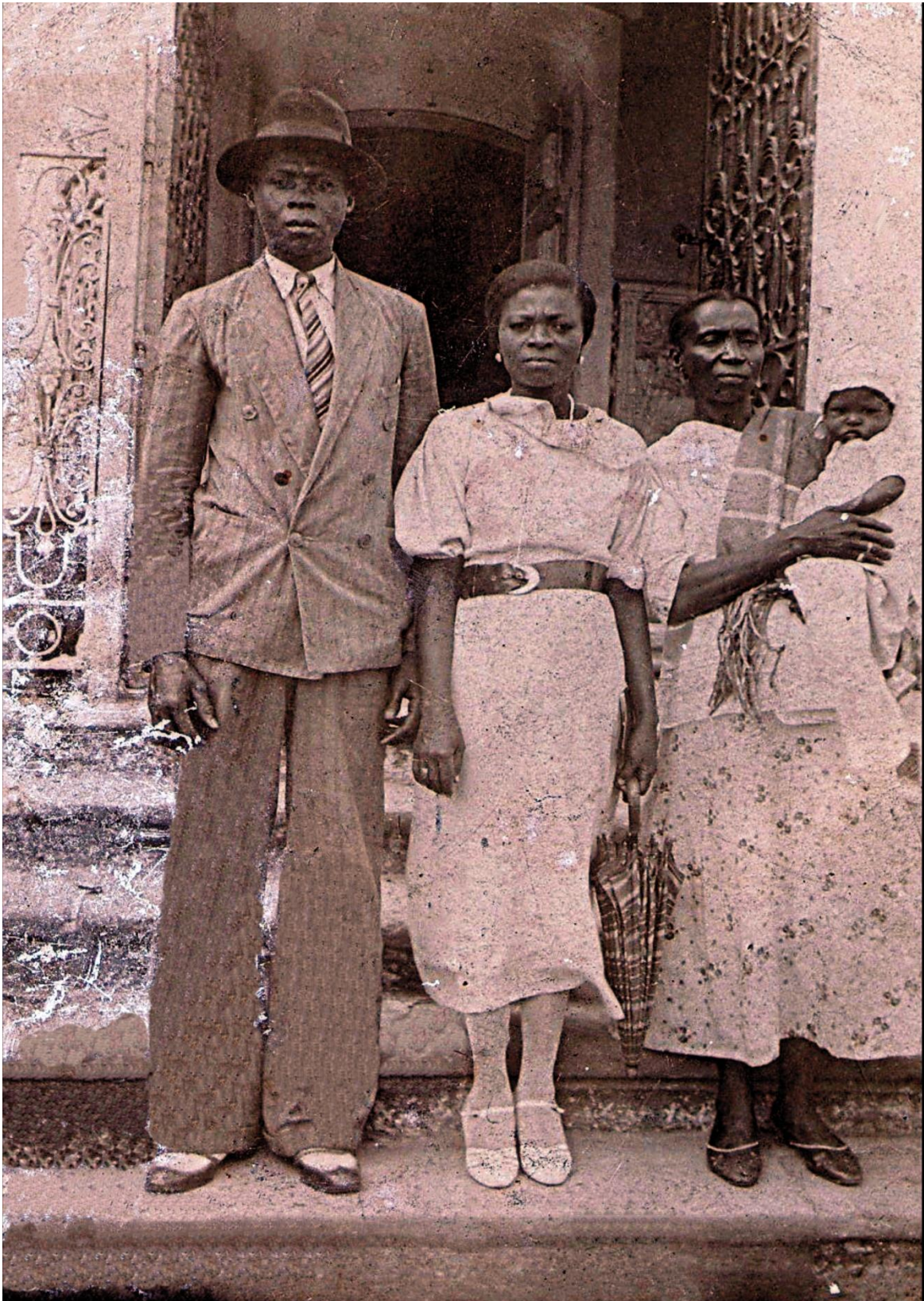


Foto Anônima: Sr. Chico e sua esposa Vicência, com seu filho Fernando nos braços da sua avó Africana, de origem do Golfo da Guiné - 1940. Acervo Família dos Anjo

A primeira metade do século XIX caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, o que no Brasil só ocorreu efetivamente em 1850. Pelo quadro de ilegalidade e clandestinidade, os dados estatísticos dos movimentos demográficos são bem imprecisos. Por pressões geopolíticas européias esse é o período em que são desfeitas as ligações bilaterais entre os continentes africano e americano, sendo destruídas as rotas do tráfico triangular entre a América, a África e a Europa. Entretanto, o Brasil por 66 anos e os Estados Unidos por mais 90 anos, continuaram escravistas depois da independência.

A manutenção dessa estruturação política, econômica e territorial por quase quatro séculos no território brasileiro e a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificada, mostra como a consolidação da sociedade escravagista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se mesmo com os conflitos políticos e contradições econômicas e sociais.

O processo de pulverização das distintas matrizes africanas nas extensões do território colonial pelos Estados escravagistas tinha, também, como estratégia, dificultar a organização, extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas, ou seja, foram criados dispositivos reais para que as populações oriundas da África perdessem as suas referências identitárias e, por conseguinte, houvesse uma diluição da identidade étnica africana.

Do Brasil oficial colonial se sabe com clareza que, no período entre 1871 e 1920, 3.390.000 imigrantes europeus chegaram ao país, dos quais: 1.373.000 eram italianos; 901.000, portugueses e 500.000, espanhóis. Muitos europeus no Brasil vão ocupar territórios onde já estavam estabelecidas populações africanas ou de seus descendentes, como, por exemplo, a ocupação de imigrantes italianos (1880) no sítio de Sapucaí, na região do grande Quilombo do Campo Grande, na antiga Província de Minas Gerais. É importante notar que esse número se aproxima dos quase 4.000.000 africanos que foram retirados de seu habitat natural e trazidos para o Brasil oficialmente entre 1520 e 1850. Isso porque as referências espaciais, temporais e quantitativas do período clandestino do tráfico ainda estão para serem caracterizados oficialmente pela historiografia brasileira.

Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população brasileira de referência africana, com interferências profundas na sua

cidadania e no sentimento de pertencimento territorial. Afirmar para esse contingente que os seus antepassados foram “trazidos” do continente africano é vago, sem consistência, desrespeitoso, quando se trata de uma extensão com mais de 30.000.000 Km², com contextos territoriais de centenas de antigos reinos, impérios e grupos étnicos desconhecidos da historiografia oficial do país. Essa demanda secular, que possibilitaria uma ligação espacial mais referenciada e mais precisa na África, continua sem resposta satisfatória e nem perspectiva de solução institucional.

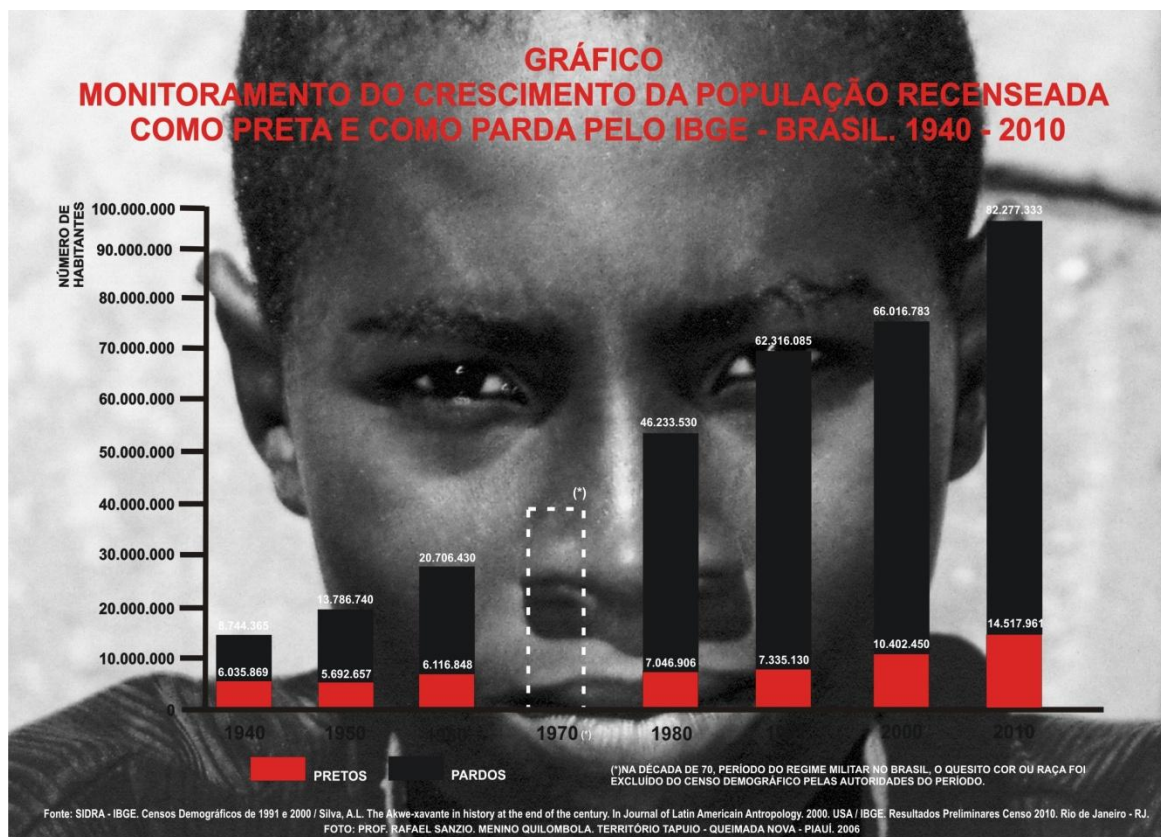
Algumas considerações em torno das referências da expressão espacial da população afrobrasileira e dos quilombos contemporâneos são temas tratadas no item a seguir.

A expressão espacial da população de matriz Africana no Brasil e o preconceito dominante

Conforme referência anterior, as estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África e, é com relação a esse povo que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica ao longo do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Não é possível mais esconder que temos diferenças sociais, econômicas, territoriais seculares e estruturais, para as quais os “remédios” ainda estão chegando e os assuntos são empurrados para um outro dia, para a próxima semana, no mês que vem, no próximo ano, que nunca chega. E os séculos estão passando!

Dessa maneira, ser descendente do continente africano no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido. É uma luta secular contra a exclusão territorial, social e econômica. A pesquisa da “Dinâmica Demográfica da População Negra Brasileira” (IPEA, 2013) revela que o percentual (10%) de homens afrobrasileiros mortos com idades entre 15 e 29 anos é maior que a dos brancos (4%). Esta e outras estatísticas recentes confirmam o processo real de extermínio e eliminação da população de matriz africana no Brasil contemporâneo.

Não podemos perder de vista que a questão demográfica do “Brasil africano” continua sem uma resposta e representação adequada, isto porque os critérios de aferição racial oficiais levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afrobrasileira que integram o país. No primeiro censo realizado em 1872 a “cor da pele” definia lugares na sociedade colonial-imperial, nas quais o grupo étnico e a condição social estavam indissociavelmente ligados. Esta herança colonialista sofreu pequenos ajustes ao longo do século XX, mas se mantém da essência. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) continua agrupado os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declararem e os “outros” ficam classificados como pardos. Recentemente, esta instituição inseriu o grupo dos “índios”.

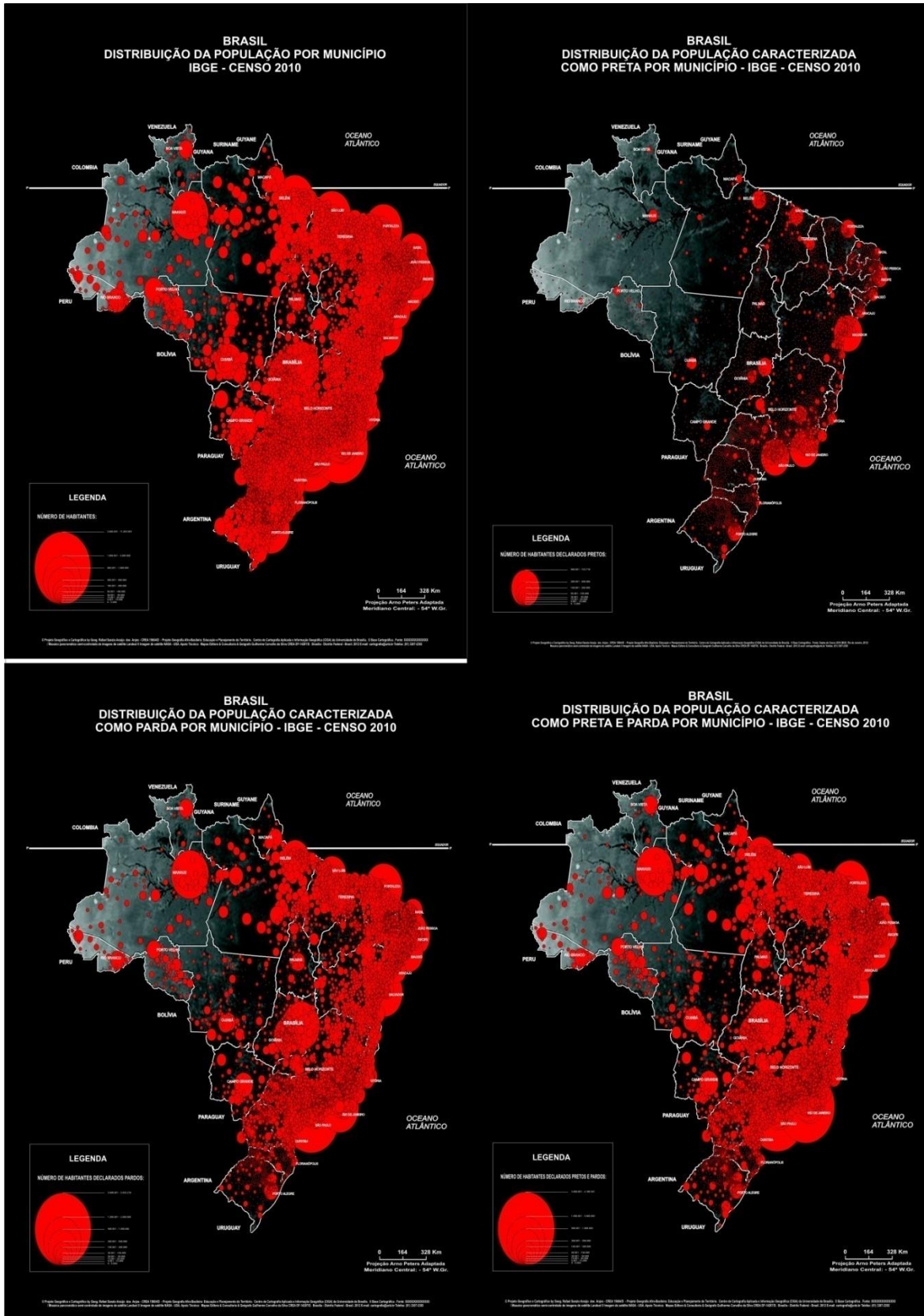


O Gráfico da evolução das populações preta e parda do Censo realizado em 1940 até o mais recente (2010) mostra algumas constatações relevantes: 1. A timidez do crescimento da população preta, secularmente associada a um contingente escravizado e inferir revela como o

racismo e a mentalidade colonial pesistem na sociedade brasileira e, 2. O crescimento espetacular dos pardos ao longo de todas as décadas computadas. É um fenômeno! Por que será? Lembramos que associado ao “pardo” esta a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. Não podemos deixar de lado o que nos lembra o ditado popular: “de noite todos os gatos são pardos”. São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente, que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país.

Por ser um contingente populacional oriundo de um processo secular de “mistura” étnica, as relações de valor que foram associados, sistematicamente, aos povos europeus, como o “modelo” de referência e aceito pelo sistema dominante, imprimem vários desajustes nas formas de pensar, de se inserir e de se enquadrar na sociedade brasileira. Se assumirmos que a população considerada como “parda” nesse Censo é de fato uma população que tem graus diferenciados de ascendência africana, ficará evidente que a população do Brasil com referência no continente africano não é minoria e, sim maioria.

A representação cartográfica da população recenseada como “preta” no Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, nos revela a presença expressiva dessa população no país, destacando, principalmente que o Brasil urbano e rural é significativamente afrobrasileiro. Existem evidências de que o contingente populacional brasileiro de matriz africana não é minoria e essa é mais uma estratégia histórica do sistema dominante de classificar os grupos discriminados de minorias, fazendo supor que estes atingem um número de pessoas menor que o de fato, utilizando-se de artifícios numéricos. Se fizermos uma simulação e juntarmos as populações recenseadas pelo IBGE como “preta” e “parda” do Brasil no ano 2010, teremos 97 milhões de habitantes. Os mapas temáticos são conflitantes com a invisibilidade desejada, uma vez que revelam que ao simularmos uma aproximação da configuração demográfica de matriz africana no país, consta-se que esta é a população dominante, portanto existe um grande paradoxo ainda não assumido pelo setor decisório nacional.



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- ✓ A estratégia de desinformar a população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está a inferiorização desta no ensino e a educação geográfica-cartográfica afrobrasileira é um dos pilares que precisa de outra perspectiva no processo educacional;
- ✓ Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por conseguinte, a possibilidade de registro oficial de um “Brasil Africano” até então sem evidência;
- ✓ Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, que temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração das situações emergenciais das populações do “Brasil Africano”.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer à Equipe Técnica do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da UnB e do Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território, pelos apoios na construção da documentação cartográfica e das pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, R. S. A. “A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada”. *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22): 12-32, 1989.
- _____. “A geografia, os negros e a diversidade cultural”. Série O Pensamento Negro em Educação - Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106
- _____. “A geografia, a África e os negros brasileiros”. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.
- _____. “ Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil”. *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9 (47): 87-98, 1999.
- _____. “ A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. *Revista Palmares em Ação*. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINc. Ano 1 No.2 : 56-66, 2002
- _____. “Coleção África–Brasil: Cartografia para o ensino–aprendizagem”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2ª. Edição. 2005 – BsB - DF.
- _____. “Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – Primeira configuração espacial”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 3ª. Edição. 2005 – BsB – DF.
- _____. “Territórios das comunidades quilombolas do Brasil – Segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2005 – BsB – DF._
- _____. Geografia, território étnico e quilombos. In: GOMES, N. L. (org.). *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: MEC-Secad, 2006, p.81–103.

ANJOS, R.S.A & CYPRIANO, A. “Quilombolas – tradições e cultura da resistência”. Aori Comunicações. Petrobras, 2006. São Paulo, 240 p.

ANJOS, R.S.A. Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem. Volume II Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007.

_____ Cartografia & Educação. Volume I Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007.

_____ África-Quilombos-Brasil: Atlas Geográfico. Relatório Final de Pós-Doutorado em Cartografia Étnica. Universidade de Brasília - GEA - CIGA / CNPQ / Museu Real da África Central MRAC - *Tervuren*. Bruxelas - Bélgica, 2008.

_____ Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, 190p. Brasília, 2009

_____ Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas / Quilombola Territoriality: Photos & Maps. Mapas Editora & Consultoria., 124 p. Brasília, 2011

_____ Geopolítica da Diáspora África – América – Brasil. Séculos XV – XVI – XVII – XVIII – XIX – Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2012

_____ Relatório da atualização do cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil – 2012. Relatório Interno do Projeto GEOAFRO. CIGA – UnB. Brasília, 2012b.

_____ Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas / Quilombola Territoriality: Photos & Maps. Mapas Editora & Consultoria., 124 p. Brasília, 2011

_____ A Territorialidade dos Quilombos no Brasil Contemporâneo: Uma Aproximação. In: SILVA, T.D. & GOES, F.L. (org.). “Igualdade Racial no Brasil – reflexões no Ano Internacional dos Afrodesendentes”. Brasília: IPEA, 2013, p.137-152.

_____ Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 104p.

2014

_____ O Brasil Africano – Algumas Referências dos Séculos XVI – XXI: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014b

IPEA. Pesquisa Dinâmica Demográfica da População Negra . Brasília: IPEA, 2013